

**EMENDA N°**  
(Ao PLC nº 141, de 2009)

Dê-se ao art. 30-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, na forma do art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, a seguinte redação:

“Art. 3º .....

.....

**‘Art. 30-A.** Qualquer partido político ou coligação poderá representar à Justiça Eleitoral, até o prazo de quinze dias depois da diplomação, relatando fatos e indicando provas e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas em desacordo com as normas desta Lei, relativas à arrecadação e gastos de recursos.

.....’ (NR)

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A redação aprovada na Câmara de Deputados diz que a investigação judicial eleitoral deverá ser oposta “*no prazo de quinze dias a contar da diplomação*” transmitindo a mensagem de que apenas depois da diplomação é que se poderia questionar, no Poder Judiciário, a irregularidade na arrecadação de recursos.

Contudo, como demanda tendente a tal questionamento pode ser proposta **durante todo o período eleitoral (e não apenas depois da diplomação)**, parece ser mais adequado a redação proposta nesta emenda, no sentido de que a investigação judicial pode ser promovida “*até o prazo de quinze dias depois da diplomação*”.

Assim, certo que tal alteração pode aperfeiçoar o projeto, conclamo os nobres Senadores a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador VALTER PEREIRA